

## SUBNOTIFICAÇÃO DE FEMICÍDIOS EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE: AMAZÔNIA BRASILEIRA, 1996-2019

## SUBNOTIFICATION OF FEMICIDES IN MUNICIPALITIES IN THE STATE OF ACRE: BRAZILIAN AMAZON, 1996-2019

Mário Ribeiro ALVES\* 

---

**Resumo:** Este trabalho analisou a subnotificação de femicídios no Acre, a partir da análise espacial das taxas de femicídios e de variáveis socioeconômicas (estudo ecológico, com uso de dados secundários). Foram calculados Índices de Moran Global e Local (LISA). Estima-se que o cenário observado ainda seja diferente do que realmente ocorre, pois a maior concentração das taxas bayesianas empíricas foi observada nos municípios que tendem a ter os melhores níveis socioeconômicos do estado. Sugere-se que o presente trabalho motive ações de combate aos femicídios, a partir da implementação de estratégias de prevenção da violência contra mulheres.

**Palavras-chave:** Femicídio. Região Amazônica. Análise Espacial.

---

---

**Abstract:** This manuscript analyzed the underreporting of femicides in Acre, based on the spatial analysis of femicide rates and socioeconomic variables (ecological study, using secondary data). Global and Local Moran Indices (LISA) were calculated. It is estimated that the observed scenario is still different from what actually occurs, since the highest concentration of empirical Bayesian rates was observed in the municipalities that tend to have the best socioeconomic levels in the state. It is suggested that the present work motivates actions to combat femicides, based on the implementation of strategies to prevent violence against women.

**Keywords:** Femicides. Amazon Region. Spatial Analysis.

---

Submetido em 12/07/2021. Aceito em 14/02/2023.

---

\* Graduação em Geografia pela Universidade Federal Fluminense e doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz. Atualmente realiza Pós-doutoramento em Enfermagem, com ênfase em enfermagem em saúde coletiva na faculdade de enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: [malvesgeo@gmail.com](mailto:malvesgeo@gmail.com)



## **Introdução**

Femicídios são entendidos como mortes intencionais e violentas de mulheres (assassinatos, homicídios e parricídios), pelo fato de serem mulheres, consistem na violação máxima dos direitos humanos das mulheres por tratar-se de eliminação do principal bem jurídico protegido pelos sistemas jurídicos nacionais e internacional: a vida (IIDH, 2006; MENEGHEL; PORTELLA, 2017).

Diversos estudos revelam a ocorrência de femicídios pelas cinco Grandes Regiões brasileiras (MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; LEITE *et al*, 2017; MEIRA *et al*, 2021; LEITES; MENEGHEL; HIRAKATA, 2014; ORELLANA *et al*, 2019), demonstrando tendência de aumento do risco de morte na Região Norte (SOUZA *et al*, 2017), demonstrando ser tema relevante para a Saúde Pública do país.

O Acre possui histórico de situações de violência, presentes já na década de 1960 (POSSAS; ROCHA, 2014). Já na década de 2010, estudos demonstram esse cenário também contra as mulheres (AMARAL; AMARAL; AMARAL, 2013; PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014); inclusive, mais recentemente, observaram-se elevadas taxas de femicídio no estado (LOBATO; MELLO, 2020): no primeiro semestre de 2020, a maior taxa de femicídio por Unidade Federativa foi observada no Acre (1,8 por 100 mil mulheres) (NASCIMENTO, 2020; GADELHA, 2020), evidenciando ser problema de Saúde Pública para o estado.

De acordo com o exposto, o presente estudo tem como objetivo analisar a subnotificação de femicídios nos municípios do estado do Acre (1996-2019), a partir de análise espacial de suas respectivas taxas e seus possíveis fatores associados.

## **1. Métodos**

Estudo ecológico (utilizando dados secundários em nível de agregados populacionais) e descritivo, construído a partir de resultados baseados em análise no tempo e no espaço, com uso de mapas temáticos digitais para observação de possíveis tendências de distribuição das taxas de femicídios (e respectivas associações a variáveis socioeconômicas) no estado do Acre, Amazônia brasileira.

O Acre é composto por 22 municípios, sendo Rio Branco sua capital e maior cidade do estado (Capital Regional), com população estimada em 2020 de 413.418 habitantes. Cruzeiro do Sul (89.072 habitantes), Brasiléia (26.702 habitantes) e Epitaciolândia (18.696 habitantes) (IBGE, 2021) são classificados como Centros Subregionais. As demais cidades configuram-se como Centros Locais (IBGE 2018) (Figura 1).

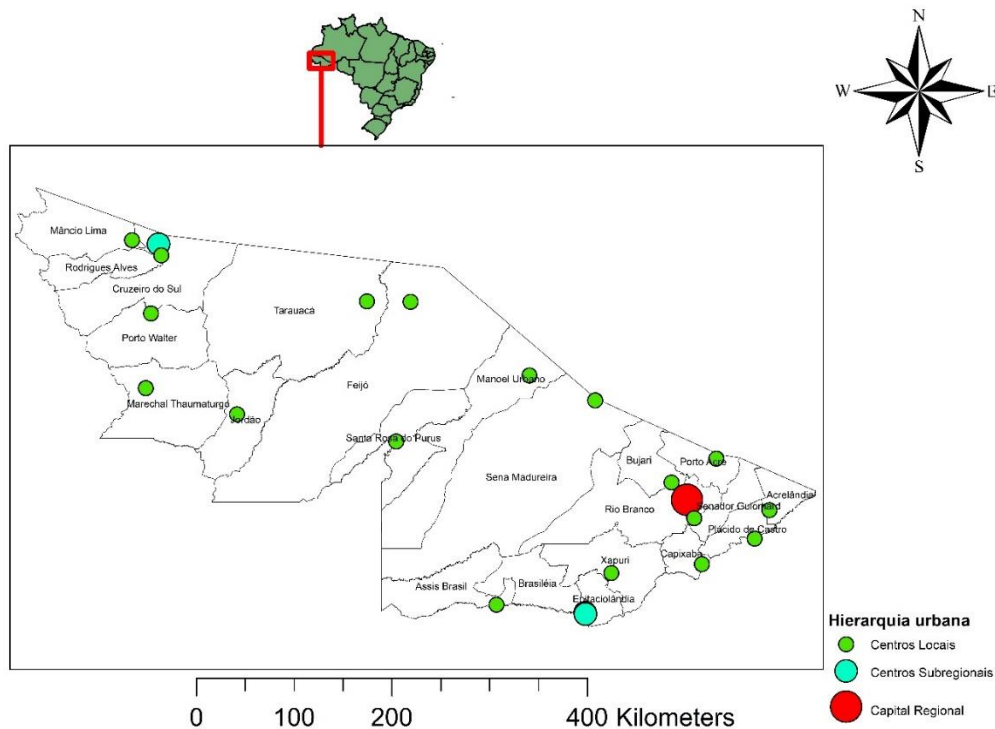


Figura 1 – Localização do estado do Acre e seus municípios.

Foram utilizados registros de óbitos de mulheres nos municípios do estado do Acre, de 1996 a 2019, adquiridos junto ao DataSUS (BRASIL, 2021a). Os registros foram selecionados de acordo com a categoria de femicídio, referente às mortes por agressões classificadas sob os códigos X85-Y09, de acordo com a CID-10 (Classificação Internacional de Doenças – 10ª Revisão) (OMS, 1999).

Os dados referentes à população são provenientes das estimativas populacionais de residentes, sendo adquiridos junto ao DataSUS (BRASIL, 2021b). As taxas brutas e as taxas bayesianas empíricas de femicídios foram obtidas por períodos, a saber: de 1996 a 2000, de 2001 a 2005, de 2006 a 2010, de 2011 a 2015 e de 2016 a 2019. Calcularam-se estas taxas pela soma de óbitos por período dividida pela população feminina do meio de cada período: 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018. Estes resultados foram multiplicados por 100.000. Após, foram somadas todas as cinco taxas brutas, dividindo-se o resultado por 5. Desta forma, obteve-se a taxa bruta média. Este mesmo processo foi feito para cálculo da taxa bayesiana empírica média (tende a suavizar a flutuação associada a pequenas áreas a partir da ponderação pela média dos vizinhos) (Brasil 2007). Justifica-se esta metodologia pelo fato de não ter sido observado registros de femicídios por muitos anos em vários municípios, dificultando certas análises estatísticas. Ademais, agregar taxas de femicídio é uma forma de fornecer estabilidade às mesmas, pois quando consideram-se taxas anuais, podem ocorrer flutuações aleatórias (GARCIA *et al*, 2015).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal de 2015 (IFDM) foi obtido junto à FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) (FIRJAN, 2018). Renda *per capita* da população mais

vulnerável à pobreza e taxa de analfabetismo entre pessoas de 25 anos ou mais foram obtidos a partir do Censo Demográfico de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012). O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) referente a 2010 foi obtido junto ao IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), com valores variando de 0 (situação ideal) a 1 (pior situação) (IPEA, 2017).

Os Índices de Moran Global e Local (LISA) foram calculados para as referidas variáveis e para as taxas bayesianas empíricas médias, sendo todos significativos ( $p$ -valor menor que 0,05). Como utilizado na avaliação da correlação de Pearson, os Índices Moran têm valores que variam de -1 a +1 (BRASIL, 2007), entendidos como autocorrelação espacial fraca (menor que 0,3), moderada (0,3 a 0,7) ou forte (acima de 0,7) (VALE *et al*, 2019). A partir do Índice de Moran Local, foram obtidos os diagramas de espalhamento de Moran (Box Map), classificados sob os seguintes estratos: alto-alto (quadrante 1, de maior prioridade), baixo-baixo (quadrante 2, de menor prioridade), alto-baixo (quadrante 3, prioridade intermediária) e baixo-alto (quadrante 4, prioridade intermediária). Os quadrantes 1 e 2 representam associação espacial positiva, representando localizações com vizinhos de valores semelhantes; já os quadrantes 3 e 4 indicam associação espacial negativa, pois uma localização teria vizinhos com valores diferentes (BRASIL, 2007). Todos os mapas foram confeccionados no programa QGIS, versão 2.18.20.

## **2. Resultados**

Foram observados 430 registros de óbitos por femicídio durante o período de estudo, sendo 266 pertencentes à capital Rio Branco, 30 a Cruzeiro do Sul, 17 a Senador Guiomard, 15 a Feijó, 14 a Plácido de Castro, 14 a Tarauacá e 13 a Sena Madureira.

Quanto às taxas brutas médias, observaram-se maiores valores nos municípios localizados na porção sudeste do estado, notadamente: Plácido de Castro (36,03), Acrelândia (33,89), Senador Guiomard (33,84) e Rio Branco (33,45). No estrato de taxas de 21,63 a 28,83, foram observados Xapuri (23,26) e Bujari (22,12). Destaca-se que não foram observados femicídios em Santa Rosa do Purus (Tabela 1; Figura 2).

Município	Taxas brutas médias	IFDM 2015	Renda <i>per capita</i> entre os mais vulneráveis (em reais)	Taxa de analfabetismo (25 anos ou mais, em porcentagem)	de IVS
Plácido de Castro	36,03	0,496	117,71	23,6	0,495
Acrelândia	33,89	0,575	122,95	20,56	0,448
Senador Guimard	33,84	0,607	142,26	23,28	0,431
Rio Branco	33,45	0,726	151,65	11,76	0,339
Xapuri	23,26	0,519	121,47	27,78	0,490
Bujari	22,12	0,617	116,90	31,47	0,459
Feijó	19,02	0,456	85,84	45,08	0,639

Tabela 1 – Taxas brutas médias por femicídios e variáveis socioeconômicas dos municípios do Acre, de 1996 a 2019.

Quanto às taxas bayesianas médias, observou-se aumento de seus valores em relação às taxas brutas, pois nove municípios compuseram o estrato de taxas acima de 28,83: Senador Guimard (33,41), Porto Acre (32,13), Acrelândia (32,11), Plácido de Castro (31,52), Capixaba (31,48), Bujari (30,48), Rio Branco (30,23), Xapuri (29,45) e Sena Madureira (28,91). Observou-se taxa de 28,00 em Brasiléia (Figura 2).

As taxas bayesianas médias geraram Índice Moran Global de 0,718, indicando forte correlação espacial. Os municípios da parte sudeste do estado (Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Rio Branco, Senador Guimard e Xapuri) foram classificados no quadrante 1 (alto-alto), sendo considerados de alta prioridade. Municípios da região centro-norte (Cruzeiro do Sul, Feijó, Jordão, Marechal Thaumaturgo, Porto Walter e Tarauacá) foram classificados no quadrante 2 (baixo-baixo), considerados como de menor prioridade (Figura 2).

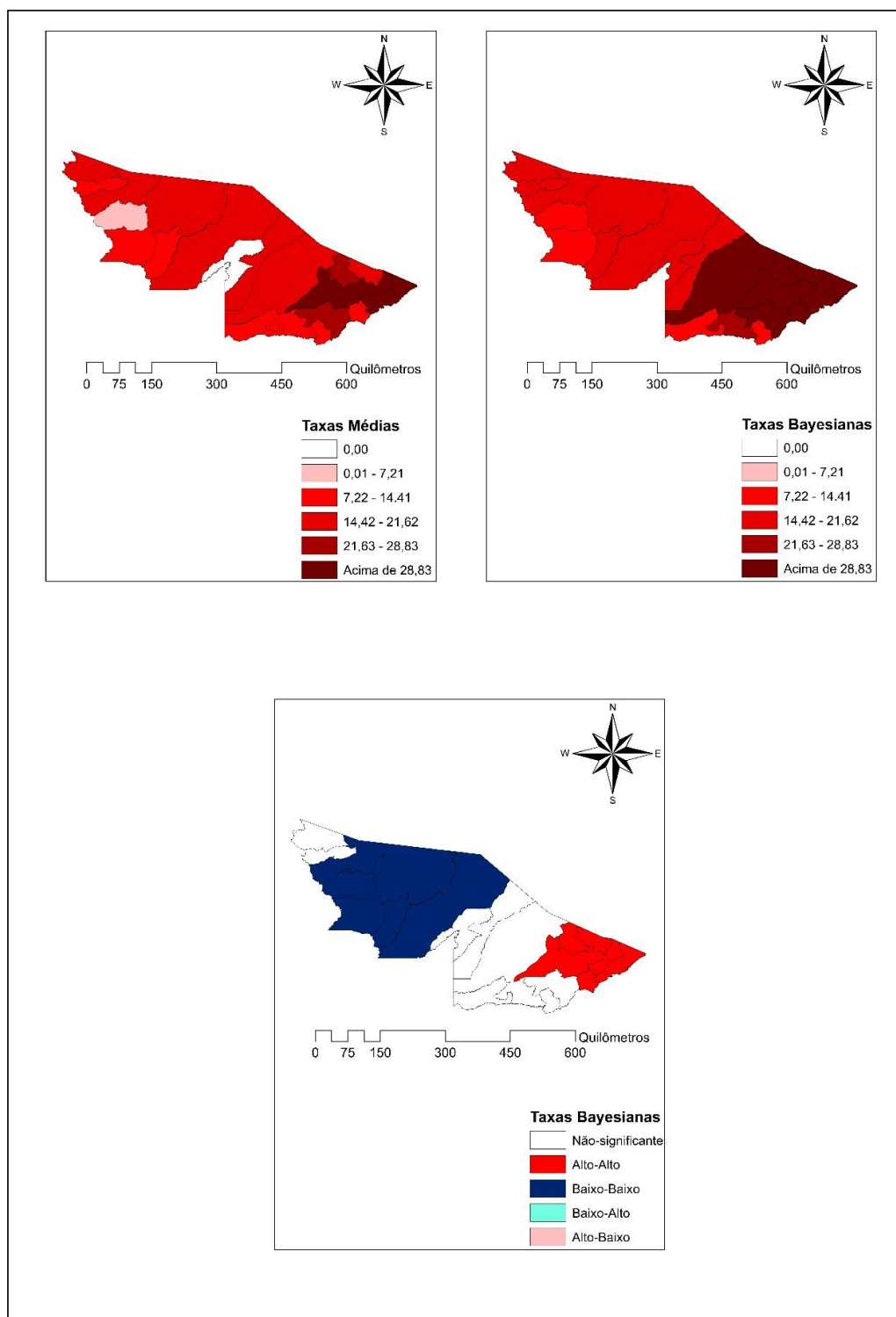


Figura 2 – Taxas brutas médias, taxas bayesianas empíricas médias e Índice Moran Local (LISA) de taxas bayesianas empíricas médias de femicídios em municípios do estado do Acre, Amazônia brasileira, 1996-2019.

Quanto às variáveis socioeconômicas, os Índices de Moran Global foram respectivamente: IFDM (0,305), renda *per capita* entre os mais vulneráveis (0,491), taxa de analfabetismo entre pessoas de 25 anos ou mais (0,527) e Índice de Vulnerabilidade Social (0,579). Quanto ao Índice de Moran Local (LISA), observou-se que municípios da porção sudeste foram classificados em alta prioridade quanto ao IFDM e renda *per capita* entre os mais vulneráveis; já os municípios da porção centro-norte foram classificados como de baixa prioridade. Destaca-se a classificação de prioridade média em Xapuri quanto ao IFDM e em Manoel Urbano quanto à renda *per capita*. No que diz respeito à taxa de analfabetismo e ao IVS, observou-se padrão espacial parecido: municípios da porção sudeste classificados por baixa prioridade e municípios da porção centro-norte como de alta prioridade, destacando-se a média prioridade em Cruzeiro do Sul em ambos os indicadores (Figura 3).

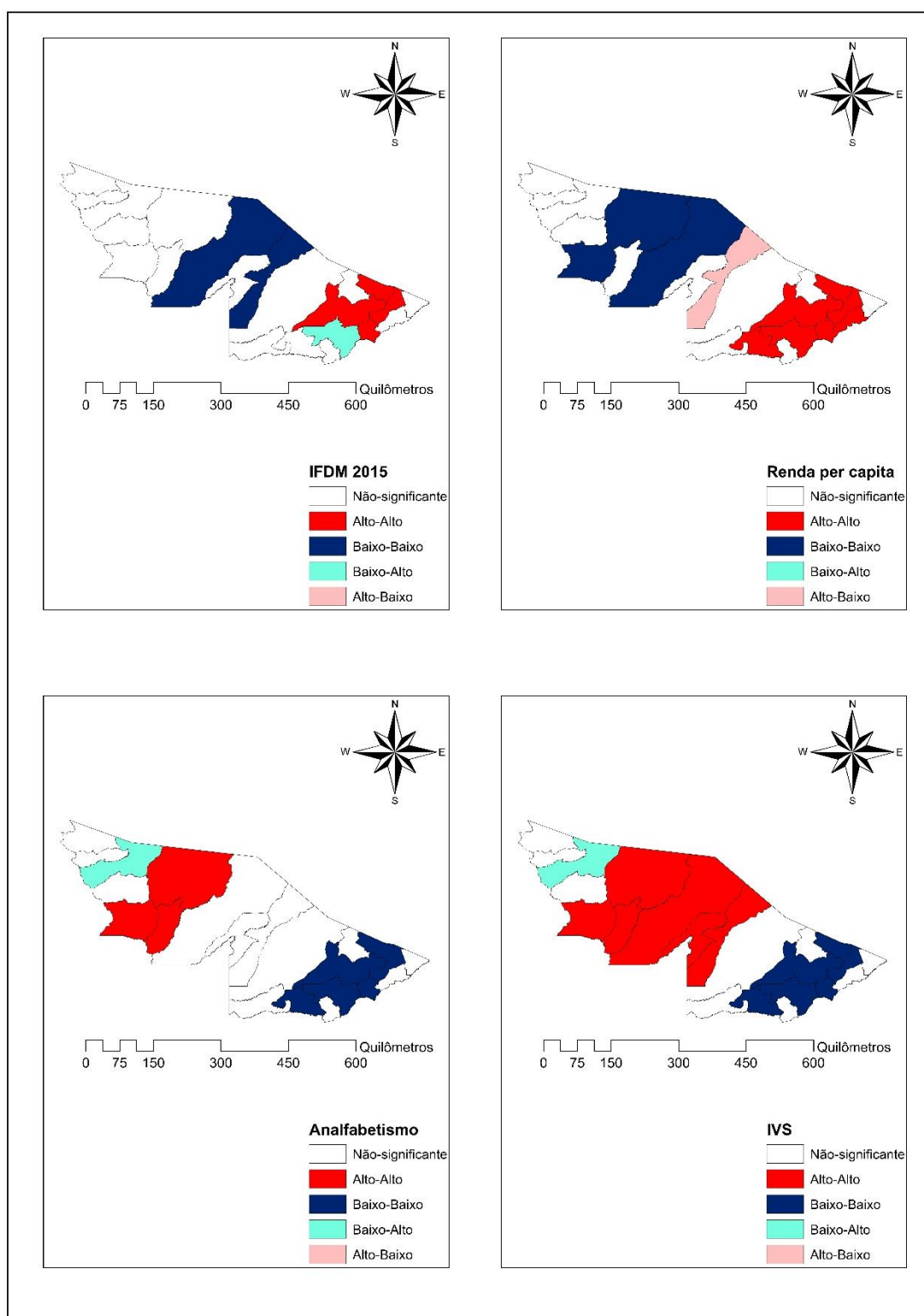


Figura 3 – Índices Moran Local (LISA) do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (2015), renda *per capita* entre os mais vulneráveis, taxa de analfabetismo e Índice de Vulnerabilidade Social nos municípios do estado do Acre, Amazônia brasileira.



### 3. Discussão

#### Femicídios e sociedade capitalista

Diversos estudos (LEITE *et al*, 2017; MENEGHEL; HIRAKATA, 2011; MENEGHEL *et al*, 2017) vêm demonstrando associação entre femicídio e indicadores socioeconômicos no Brasil. Em Rio Branco, mulheres vítimas de femicídio (período de 2002 a 2010) tinham entre 21 e 25 anos de idade, cor da pele não branca, baixo nível de escolaridade, sem ocupação e com residência na zona urbana (AMARAL; AMARAL; AMARAL, 2013). No que tange à sociedade capitalista, percebe-se que este sistema gera opressão à classe trabalhadora em geral e, em especial, às mulheres – maiores vítimas de insipientes políticas públicas e do processo de precarização do trabalho. Para entendimento desta sociedade, torna-se necessário compreender que as classes sociais não são simples abstrações, mas relações sociais que englobam antagonismos presentes em materialização de corpos reais, dotados de raça/etnia e de sexo/sexualidade (CISNE, 2018).

Nota-se que a visão pós-moderna compreende a desigualdade entre homens e mulheres sob o ponto de vista cultural, não correlacionando-a às relações estruturais de dominação e de desigualdades, que são históricas e explicadas por modelos de comportamentos conservadores. Assim, as mulheres historicamente vivenciam uma estruturação de relações de exploração e de apropriação, que se relacionam à uma enraizada ideologia patriarcal, vinculada à naturalização e imutabilidade de condições de vida das mulheres. Deve-se salientar que há um forte processo de normalização da subalternidade nas mulheres que precisa ser combatido a partir de uma conscientização de condição, não sendo este um trabalho fácil (CISNE, 2015). Ademais, quanto ao ambiente de trabalho, a questão da exploração da mulher não é questão gramatical ou do campo linguístico (além de trabalhadores, também há trabalhadoras), na medida em que sofrem uma exploração particular, maior que em homens trabalhadores, atendendo diretamente aos interesses dominantes – o que também é observado em relações étnico-raciais (CISNE, 2018).

Dentro desse sentido, o feminismo voltado para uma visão materialista e anticapitalista é mister para o alcance de uma sociedade alternativa, refletindo criticamente acerca da economia política do capital (patriarcal e racista), além de intervir na organização da vida social, buscando coerência em relações interpessoais em prol de uma emancipação humana (CISNE; FALQUET, 2020).

#### Violência e desigualdades de gênero

Ao residir em uma sociedade democrática, deve-se exigir igualdade social – o que não é sinônimo de todos os seus membros serem iguais, na medida em que a diferença, própria do ser humano, gera identidade. Não obstante, pelo fato de a sociedade brasileira não ter ainda logrado o desejável grau de democracia, ainda há intolerância muito grande com as diferenças, que acabam gerando conflitos: em um

país com clivagens de gênero, de diferentes etnias/raças que interagem e de classes sociais, percebe-se um pensamento parcial, reflexo destas antagônicas subestruturas (SAFFIOTI, 2015).

Socialmente falando, a violência contra a mulher e a desigualdade de gênero são reflexos de um capitalismo excludente, marcado pela perpetuação do desequilíbrio de poder – normalizado na sociedade. Assim, o gênero é estruturante da sociedade, sendo a violência um fenômeno referente à desigualdade não só como produto social, gerado pela ruptura de qualquer tipo de integralidade da mulher (ZANATTA; FARIA, 2018). Portanto, tratar a questão somente sob o ponto de vista punitivo de seus autores não contribui de forma eficaz para sua redução e posterior eliminação, sendo necessário enfrentar o tema com envolvimento de toda a sociedade, aumentando sua visibilidade pela problematização referente às questões de etnia, gênero, classe social e diversidade sexual (MADEIRA; COSTA, 2012).

Esses cenários representam contextos sociais de dominação e de exploração, caracterizados por uma sociedade patriarcal, racista e capitalista que atinge a mulheres e homens de forma contraditória, com as desigualdades de gênero mesclando-se às condições de classe social, de etnia e indo até as identidades sexuais e vivências socioterritoriais. Nesse sentido, quanto mais a teoria feminista avançar, maiores chances terão suas formuladoras de se libertarem das categorias patriarcais de pensamento; ademais, a partir de uma visão crítica, facilitarão a união de mulheres femininas e de mulheres feministas – qualidades que, aliás, não se excluem (GOMES, 2018; SAFFIOTI, 2015).

### **Femicídios e Saúde Pública**

Embora seja tema relevante para a Saúde Pública nacional, os femicídios possuem literatura emergente e esparsa, explorando limitado número de fatores de risco e deixando lacunas sobre seus determinantes, suas características e sobre a própria definição de femicídio (ORELLANA *et al*, 2019). Ressalta-se a frequente subnotificação de casos em estudos que abordem violência contra mulheres e/ou femicídios (MARINHO NETO; GIRIANELLI, 2020; GARCIA *et al*, 2015; MONTEIRO *et al*, 2006; KIND *et al*, 2013), ocorrendo de forma diferenciada nas cinco Grandes Regiões do Brasil, pois há diferenças na qualidade dos registros de óbito (intenção indeterminada), interferindo na tendência de mortalidade por homicídio (SOUZA *et al*, 2017). Ademais, é possível que o subregistro de óbitos por violência seja maior do que aquele de óbitos por causas não-violentas, principalmente onde a cobertura do sistema é mais baixa e a qualidade dos dados, mais deficiente (GARCIA *et al*, 2015).

Isto ocorre principalmente nas Regiões Norte e Nordeste, onde há elevados níveis de subregistro de óbitos e alta proporção de causas mal definidas (PAES, 2007). Este subregistro somente poderia ser avaliada pela agregação de informação a partir da busca ativa de óbitos e investigação das causas (GARCIA *et al*, 2015). Além das diferenças regionais quanto ao subregistro, também se observa desigualdade na adequação de estatísticas vitais quando há comparação entre municípios de maior porte populacional com os municípios pequenos (ANDRADE; SZWARCOWALD, 2007).

Reforçando os achados acima, um estudo realizado em Porto Alegre demonstrou que muitos feminicídios estavam invisibilizados, pois não ocorreu abertura de inquérito para o total das mortes femininas por agressão ocorridas na cidade e, entre os que foram realizados, muitos foram encerrados por falta de provas e indiciamento, indicando funcionamento precário das instituições de segurança pública (todas as mortes por homicídios devem ser investigadas) (MENEGHEL; MARGARITES, 2017). Mesmo na Europa (VIVES-CASES *et al*, 2016), há dificuldades em coleta de dados sobre feminicídios, envolvendo estruturas muitas vezes dotadas de responsáveis que não possuem consciência sobre a importância nesta tarefa, ou não têm treinamento, orçamento ou conhecimentos estatísticos para realizá-lo. Outra dificuldade é buscar cooperação entre diferentes agências para produção desses dados, harmonizando definições e informações suficientes para casos de homicídio feminino, definido como feminicídio pelos coletadores de dados.

### **Femicídios e características socioeconômicas**

O delineamento de estruturas econômicas, sociais e políticas no país são caracterizadas pela colonialidade que é observada em relações de exploração e de subordinação, permitindo discriminação, segregação e violência a partir do machismo, do patriarcado, do racismo e do sexismo. Em contextos neoliberais e de conservadorismo, lutas sociais e resistências são necessárias, fazendo com que o tema da violência contra mulheres seja reafirmado na pauta de saúde pública, enfrentando estruturas socialmente construídas na sociedade brasileira (HELAL; FRANÇA, 2022).

Os achados deste trabalho estão de acordo com o que foi observado nos estudos apresentados, pois embora tenha sido observado que 61,86% dos feminicídios do período foram registrados em Rio Branco (cidade que por ser capital, possui melhores níveis de desenvolvimento socioeconômico em relação a outros municípios - Tabela 1), quando consideramos taxas brutas, percebemos que há maior distribuição destes valores entre os municípios limítrofes a Rio Branco (Figura 2).

Este fato pode ser explicado pela tendência de haver melhores serviços de notificação/identificação de feminicídios nestas cidades, fato explicado pela proximidade com a capital Rio Branco. Isso pôde ser observado no mapa de taxas bayesianas empíricas, que ao ponderarem as taxas dos municípios pela média das cidades limítrofes, tendem a demonstrar um cenário mais realista das taxas de feminicídio no Acre (Figura 2). Porém, mesmo com a metodologia aplicada, estima-se que este cenário ainda seja diferente do que realmente ocorre no estado, já que a maior concentração das taxas bayesianas empíricas foi observada nos municípios na porção sudeste do estado, que são aqueles que tendem a ter os melhores níveis socioeconômicos do estado (à exceção de Cruzeiro do Sul, que apresentou melhores índices que seus municípios vizinhos).

O exposto acima vai de encontro com a literatura científica (refletindo a provável subnotificação de feminicídios), pois, conforme observado, as maiores ocorrências de feminicídios são observadas em municípios/regiões com níveis socioeconômicos mais baixos. Corroborando nossos resultados, o trabalho

de MENEGHEL *et al* (2017) demonstrou achados de relação inversa entre violência de gênero e pobreza, embora as maiores taxas de mortes devido ao gênero incidam predominantemente entre mulheres pobres e desprivilegiadas, em territórios desiguais socioeconomicamente. O baixo nível educacional é outro fator relacionado à violência de relações conjugais, elevando o risco de estresse e comprometendo a saúde física e mental da família – o que reforça a importância do contexto socioeconômico influenciando a saúde (GOMES *et al*, 2012).

Esta relação pode ser explicada pelas possíveis diferenças regionais, levando à aceitação cultural da violência contra a mulher (GARCIA *et al*, 2015), que se torna oculta em situações de autoridade outorgada ao homem, cristalizada na estrutura familiar (GOMES *et al*, 2007), situação que ainda é presente em localidades de grande vulnerabilidade social/menor desenvolvimento socioeconômico.

Junto ao observado pelo presente estudo, observou-se tendência de menores taxas bayesianas nos municípios da porção centro-norte do estado, que possuem baixos índices de desenvolvimento socioeconômico (Figura 3). Outro fato que reforça a hipótese de subnotificação de femicídios: não foram observados femicídios em Santa Rosa do Purus, município que possui menor *renda per capita* entre os mais vulneráveis (R\$ 44,76) e menor IFDM (0,341), que, de acordo com o observado, são fatores que tendem a aumentar a ocorrência de femicídios. Para se mensurar a real subestimação de femicídios, deve-se agregar informações de estudos que façam busca ativa de óbitos e investigação das causas (GARCIA *et al*, 2015).

Sugere-se, portanto, que estes e outros estudos motivem ações de combate à violência contra mulheres, já que a subnotificação não pode ser transformada em culpa dos profissionais, pois o “não-número” demonstra o quão complexo é o tema, necessitando de melhorias de práticas de saúde na atenção primária, a partir de novas estratégias para seu enfrentamento. Espera-se que o presente trabalho contribua para implementação de estratégias de prevenção da violência contra mulheres (KIND *et al*, 2013). Como principais medidas preventivas, sugere-se maior orçamento público ao combate à violência contra a mulher, capacitação de profissionais de saúde, do judiciário e dos agentes policiais (SOUZA *et al*, 2017).

## **Considerações Finais**

Os femicídios representam mortalidade prematura em mulheres; porém, há necessidade de respostas mais efetivas para sua prevenção, aliada à maior visibilidade frente ao poder público e à sociedade, necessários à garantia do direito à vida e à redução das iniquidades em gênero (ORELLANA *et al*, 2019). Ainda é preciso ampla discussão sobre as desigualdades de gênero em nossa sociedade, principalmente no ambiente de ensino (desde a pré-escola até a universidade) (SOUZA *et al*, 2017).

A partir do entendimento da sociedade capitalista, deve-se buscar alternativas de superação deste modelo conservador, visando eliminar relações de dominação e de desigualdades. Por meio do feminismo voltado para o campo materialista, haverá uma crítica reflexão sobre a economia patriarcal e racista do capital, intervindo e modificando relações sociais.

O próprio uso do vocábulo não significa substituição da palavra assassinato, mas sim o reconhecimento de um fenômeno e a expressão de um conjunto de elementos que o conformam, revelando concepção teórica sobre a realidade. Femicídio representa produto de violências progressas, compreendendo letalidade, desigualdade de condições, não acidentalidade, intencionalidade, crueldade e brutalidade (constituindo-se em grave fenômeno social que coloca em risco mais da metade da população mundial) (GOMES, 2018).

Como possíveis limitações deste estudo, por basear-se em dados secundários, podem ocorrer vieses de informação relativos aos femicídios. Ademais, por questões conceituais, por utilizar dados ecológicos, este estudo não permite mensurar a situação individual das mulheres nos municípios do estado do Acre, que necessita de futuras pesquisas a partir da coleta de dados primários.

## Referências

AMARAL, Nádia de Araújo; AMARAL, Cledir de Araújo; AMARAL, Thatiana Lameira Maciel. Mortalidade feminina e anos de vida perdidos por homicídio/agressão em capital brasileira após promulgação da Lei Maria da Penha. **Texto Contexto**, n. 22, v. 4, p. 980-988, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072013000400014>

ANDRADE, Carla Lourenço Tavares; SZWARCOWALD, Célia Landmann. Desigualdades sócio-espaciais da adequação das informações de nascimentos e óbitos do Ministério da Saúde, Brasil, 2000-2002. **Cad Saúde Pública**, v. 23, n. 5, p. 1207-1216, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000500022>

Brasil. Ministério da Saúde. DataSUS. 2021a. **Informações de Saúde – Violência interpessoal/autoprovoada (TABNET)**. <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/violeac.def>. Acessado em 11/05/2021.

Brasil. Ministério da Saúde. DataSUS. 2021b. **Informações de Saúde – Demográficas e Socioeconômicas (TABNET)**. <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206&id=6942&VObj=http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?ibge/cnv/pop>. Acessado em 11/05/2021.

Brasil. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Introdução à estatística espacial para a Saúde Pública**. SANTOS, M. S.; SOUZA, W. V. (Org.). Brasília: Ministério da Saúde, 2007.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo : Cortez, 2015.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serv Soc Soc**, v. 132, p. 211-230, 2018.

CISNE, Mirla; FALQUET, Jules. Economia política sob uma análise feminista materialista: a imbricação das relações sociais de sexo, raça e classe. **Serv Soc Rev**, v. 22, n. 2, p. 425-440, 2020.

FIRJAN. **Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro**. Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM). Disponível em: <https://www.firjan.com.br/ifdm/>. Acessado em 11/05/2021, 2018.

GADELHA, Alcinete. **Acre é o estado com maior alta no número de feminicídios do país no 1º semestre, aponta estudo**. Rede Amazônica, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/09/16/acre-e-o-estado-com-maior-alta-no-numero-de->

femicidios-do-pais-no-1o-semester-aponta-estudo.ghtml. Atualizado em: 16/09/2020. Acessado em 11/05/2020.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lucia Rolim Santana; SILVA, Gabriela Drummond Marques; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. Estimativas corrigidas de femicídios no Brasil, 2009 a 2011. **Rev Panam Salud Publica**, v. 37, n. 4/5, p. 251-257, 2015. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/rpsp/2015.v37n4-5/251-257#:~:text=No%20Brasil%2C%20no%20per%C3%ADodo%20de,%C3%B3bitos%20por%20100%2000%20mulheres.>

GOMES, Izabel Solyszko. Femicídios: um longo debate. **Rev Estud Fem**, v. 26, n. 2, e39651, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2018v26n239651>

GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza; COELHO, Tâmara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta paul enferm**, v. 20, n. 4, p. 504-508, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000400020>

GOMES, Nadirlene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; CAMARGO, Climene Laura; SILVA, Marieve Pereira. Homens e mulheres em vivência de violência conjugal: características socioeconômicas. **Rev Gaúcha Enferm**, v. 33, n. 2, p. 109-116, 2012.

HELAL, Ana Cecília Carvalho Sousa Morais; FRANÇA, Rosilene Marques Sobrinho. A violência contra mulheres no Brasil e as estratégias para seu enfrentamento. **Sociedade em Debate**, v. 28, n. 2, p. 145-158, 2022.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2012. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em 11/05/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2018. **Regiões de Influência das Cidades – REGIC**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?=&t=downloads>. Acessado em 12/05/2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/brasileia/panorama>. Acessado em 12/05/2021.

IIDH. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. **I Informe regional: situación y análisis del femicidio en la región Centroamericana**. San José: IIDH, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2017. **Atlas da Vulnerabilidade Social**. Disponível em: <http://ivs.ipea.gov.br/index.php/pt/>. Publicado em: 22/08/2017. Acessado em 11/05/2021.

KIND, Luciana; ORSINI, Maria de Lourdes Pereira; NEPOMUCENO, Valdênia; GONÇALVES, Letícia; SOUZA, Gislaíne Alves; FERREIRA, Monique Fernanda Félix. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cad Saúde Pública**, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00096312>

LEITE, Franciele Marabotti Costa; MASCARELLO, Keila Cristina; ALMEIDA, Ana Paula Santana Coelho; FÁVERO, Juliana Lopes; SANTOS, Andréia Soprani; SILVA, Inácio Crochemore Mohnsam; WEHRMEISTER, Fernando César. Análise da tendência da mortalidade feminina por agressão no Brasil, estados e regiões. **Ciênc saúde colet**, v. 22, n. 9, p. 2971-2978, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.25702016>

LEITES, Gabriela Tomedi; MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Noemi. Homicídios femininos no Rio Grande do Sul, Brasil. **Rev bras epidemiol**, v. 17, n. 3, p. 642-653, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/1809-4503201400030006>

LOBATO, Alícia; MELLO, Bruna. **Um vírus e duas guerras – Acre tem maior taxa de feminicídio entre 20 estados.** Amazônia Real, 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/acre-tem-maior-taxa-de-femicidio-entre-20-estados/#:~:text=Os%20dados%20foram%20levantados%20pelo,por%20100%20mil%20habitantes%20mulheres>. Atualizado em 18/06/2020. Acessado em 11/05/2021.

MADEIRA, Maria Zelma de Araújo; COSTA, Renata Gomes. Desigualdades de gênero, poder e violência: uma análise da violência contra a mulher. **O público e o privado**, n. 19, 79-99, 2012.

MARINHO NETO, Kelly Roberta Estrela; GIRIANELLI, Vania Reis. Evolução da notificação de violência contra mulher no município de São Paulo, 2008-2015. **Cad saúde colet**, v. 28, n. 4, p. 488-499, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1414-462x202028040404>

MEIRA, Karina Cardoso; JOMAR, Rafael Tavares; SANTOS, Juliano; SILVA, Glauber Weder dos Santos; DANTAS, Eder Samuel Oliveira; RESENDE, Ezequiel Benigno; RODRIGUES, Weverton Thiago da Silva; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos; SIMÕES, Taynãna César. Efeitos temporais das estimativas de mortalidade corrigidas de homicídios femininos na Região Nordeste do Brasil. **Cad Saúde Pública**, v. 37, n. 2, e00238319, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00238319>

MENEGHEL, Stela Nazareth; HIRAKATA, Vania Naomi. Femicídios: homicídios femininos no Brasil. **Rev Saúde Pública**, v. 45, n. 3, p. 564-574, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-89102011000300015>

MENEGHEL, Stela Nazareth; MARGARITES, Ane Freitas. Femicídios em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil: iniquidades de gênero ao morrer. **Cad Saúde Pública**, v. 33, n. 12, e00168516, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00168516>

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. Femicídios: conceitos, tipos e cenários. **Ciênc saúde colet**, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.11412017>

MENEGHEL, Stela Nazareth; ROSA, Bruna Alexandra Rocha; CECCON, Roger Flores; HIRAKATA, Vania Naomi; DANILEVICZ, Ian Meneghel. Femicídios: estudo em capitais e municípios brasileiros de grande porte populacional. **Ciênc saúde colet**, v. 22, n. 9, p. 2963-2970, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.22732015>

MONTEIRO, Claudete Ferreira de Souza; ARAÚJO, Telma Maria Evangelista; NUNES, Benevina Maria Vilar Teixeira; LUSTOSA, Aurideia Rodrigues; BEZERRA, Cilma Maria Jovita. A violência contra a mulher atendida em unidade de urgência: uma contribuição da enfermagem. **Esc Anna Nery**, v. 10, n. 2, p. 273-279, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-81452006000200015>

NASCIMENTO, Aline. **Acre tem a maior taxa de feminicídios do país, aponta estudo.** Rede Amazônica, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ac/acre/noticia/2020/03/05/acre-tem-a-maior-taxa-de-femicidios-do-pais-aponta-estudo.ghtml>. Atualizado em: 05/03/2020. Acessado em: 11/05/2021.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID-10)**. São Paulo: Edusp, 1999.

ORELLANA, Jesem Douglas Yamall; CUNHA, Geraldo Marcelo; MARRERO, Lihsieh; HORTA, Bernardo Lessa; LEITE, Iuri da Costa. Violência urbana e fatores de risco relacionados ao feminicídio em contexto amazônico brasileiro. **Cad Saúde Pública**, v. 35, n. 8, e00230418, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00230418>

PAES, Neir Antunes. Qualidade das estatísticas de óbitos por causas desconhecidas dos estados brasileiros. **Rev Saúde Pública**, v. 41, n. 3, p. 436-445, 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102007000300016>

PORTO, Madge; BUCHER-MALUSCHKE, Júlia Sursis Nobre Ferro. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. **Psic: Teor e Pesq**, v. 30, n. 3, p. 267-276, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000300004>

POSSAS, Mariana Thorstensen; ROCHA, Thiago Thadeu. “A onça comeu o suspeito”: reflexões sobre o rule of law no Acre entre os anos 1980 e 2000. **Lua Nova**, v. 91, p. 229-268, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000100009>

RUSSELL, Diana. Defining Femicide. **Discurso apresentado na abertura do Simpósio sobre Femicídio, das Nações Unidas em 26 de novembro de 2012**. Disponível em [http://www.dianarussell.com/f/Defining\\_Femicide\\_-\\_United\\_Nations\\_Speech\\_by\\_Diana\\_E.\\_H.\\_Russell\\_Ph.D.pdf](http://www.dianarussell.com/f/Defining_Femicide_-_United_Nations_Speech_by_Diana_E._H._Russell_Ph.D.pdf). Acessado em 11/05/2021.

SAFFIOTTI, Heleith. **Gênero patriarcado violência**. 2ª edição. São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015.

SOUZA, Edinilsa Ramos; MEIRA, Karina Cardoso; RIBEIRO, Adalgisa Peixoto; SANTOS, Juliano; GUIMARÃES, Raphael Mendonça; BORGES, Laiane Felix; VERÍSSIMO E OLIVEIRA, Lannuzya; SIMÕES, Taynãna César. Homicídios de mulheres nas distintas regiões brasileiras nos últimos 35 anos: análise do efeito idade-período e coorte de nascimento. **Ciênc saúde colet**, v. 22, n. 9, p. 2949-2962, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017229.12392017>

VALE, Diôgo; MORAIS, Célia Márcia Medeiros; PEDROSA, Lucia de Fátima Campos; FERREIRA, Maria Ângela Fernandes; OLIVEIRA, Ângelo Giuseppe Roncalli da Costa; LYRA, Clélia de Oliveira. Correlação espacial entre o excesso de peso, aquisição de alimentos ultraprocessados e o desenvolvimento humano no Brasil. **Ciênc saúde colet**, v. 24, n. 3, p. 983-996, 2019. DOI: <http://doi.org/10.1590/1413-81232018243.35182016>

VARELA, Denise Medeiros Furtado. A violência contra a mulher. **Psicol cienc prof**, v. 8, n. 2, p. 29-30, 1988. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931988000200010>

VIVES-CASES, Carmen; GOICOLEA, Isabel; HERNÁNDEZ, Alison; SANZ-BARBERO, Belen; GILL, Aisha K; BALDRY, Anna Costanza; SCHRÖTTLE, Monika; STOECKL, Heidi. Expert opinions on improving femicide data collection across Europe: A concept mapping study. **PLoS One**, 11(4):e0154060, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0148364>

ZANATTA, Michelle Ângela; FARIA, Josiane Petry. Violência contra a mulher e desigualdade de gênero na estrutura da sociedade: da superação dos signos pela ótica das relações de poder. **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, v. 4, n. 1, p. 99-114, 2018.